

- La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 55-85). Buenos Aires: CLACSO.
- MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. (2016). *Missiva de Nazaré: Memória Acesa. XVII Conferência Internacional do MINOM*. Nazaré, RO: MINOM/ICOM.
- Scheiner, T. C. (1999). As bases ontológicas do museu e da Museologia. *ICOFOM LAM 99. VIII Encontro Regional. Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e no Caribe* (pp. 133-164). Coro, Venezuela: ICOFOM LAM Centro UNESCO.
- Siqueira, J. M. (2019). *A educação museal na perspectiva da Sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação*. Lisboa: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias sob orientação da Profa. Doutora Judite Santos Primo e co-orientação do Prof. Doutor Mario de Souza Chagas.
- Tórrez, Y. F. (2009). Interculturalizar la ciencia social ¿Una quimera?: El espejo eurocéntrico (o la negación del “otro”) de la mirada “ilustrada” sobre América Latina. *Traspasos: Revista de Ciencias Sociales - Interculturalidad: un desafío para las ciencias sociales* (1), 21-32.
- Varine-Bohan, H. (1979). Entrevista. In R. Rojas, J. L. Crespán, & M. Trallero, *Biblioteca Salvat de Grandes Temas: Os Museus no Mundo* (pp. 8-22; 70-81). Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil S.A.
- Walsh, C. (2007). ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómaditas* (26), 102-113

Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória.¹

Cristina Bruno²

“Há, na realidade, uma Museologia existente, real, que está aí fora, e há uma postulada, sonhada, desejada.”

Waldisa Guarnieri (1984)

Apresentação

Os museus têm uma longa trajetória de cumplicidade com as sociedades ao longo do tempo e nas distintas regiões do mundo.

As instituições museológicas dignificam as ações humanas, preservando referências culturais que permitem a construção de processos históricos e identitários, como também, valorizam os espécimes da natureza, despertando o interesse sobre o meio ambiente e consagram a elaboração artística e o pensamento científico.

Desde os temas mais abrangentes – como os grandes panoramas históricos, as complexas descobertas científicas, a expressiva diversidade das manifestações de celebração – até as biografias, os detalhes de uma produção artesanal e um enfoque temático comunitário têm recebido a atenção do olhar museológico. As grandes metrópoles privilegiam os museus em seus planos de urbanização, tanto quanto, uma pequena cidade concentra suas atenções em um museu municipal.

Observamos, cotidianamente, que ainda hoje os museus servem a interesses político-partidários, à glorificação de indivíduos e classes sociais e às distinções acadêmicas.

¹ Publicado em: *Várias Faces do Patrimônio*. Santa Maria: Pallotti. 214p., 2006. ISBN:85-89833-57-7. pp.119-140.

² Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, Professora Titular em Museologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Diretora do Mestrado interunidades em Museologia da USP.

Diversas instituições dessa natureza guardam acervos que ultrapassam os milhões de unidades, mas também, existem os museus que abordam conceitos e mantêm preservadas apenas as informações sobre os objetos. Da mesma forma, conhecemos instituições cujo organograma evidencia a articulação entre milhares de profissionais, que atuam lado a lado com museus geridos apenas por uma pessoa.

Hoje, é possível afirmar que os museus existem em todos os continentes e tratam todas as questões de interesse da humanidade. Mas é um modelo de instituição que administra os indicadores da memória a partir de muitos paradoxos, que procura equacionar os contrapontos de uma cadeia operatória de procedimentos técnicos e científicos de salvaguarda e comunicação, que convive cotidianamente com os desafios da manutenção das tradições e da exploração dos caminhos da ruptura.

Mediante tantos questionamentos, podemos considerar algumas certezas em relação aos museus. Reconhecemos que não são lugares sem vida, como também não são almoxarifados de referências patrimoniais e instituições desprovidas de responsabilidades éticas no que se refere aos processos sócio-político-culturais.

Reconhecemos, ainda, que os museus são lugares da memorização tanto quanto do esquecimento; são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança patrimonial, mas também, evidenciam preconceitos e dogmas sobre as manifestações culturais; são espaços para as multidões da mesma forma que abrigam a fruição individual e são, ao mesmo tempo, cenário e palco de extroversão e local de guarda e conservação.

As instituições museológicas são, sem dúvida, o tempo e o espaço que as sociedades têm constituído para a preservação das suas representações, para a celebração em torno dos reflexos dos seus olhares sobre a realidade e, em especial, os abrigos dos seus indicadores de memória.

Esse texto foi elaborado com o propósito de desvelar os caminhos dos traços museológicos no que tange ao desenho das várias faces do patrimônio. Entendemos que os processos de musealização contêm uma

singular responsabilidade na elaboração, preservação e educação dos sentidos e significados patrimoniais.

Assim, sublinhamos que há uma pedagogia museológica que têm se envolvido, de diferentes maneiras, com as sociedades ao longo dos tempos e na contemporaneidade tem sido decodificada sistematicamente pelos estudos e práticas da disciplina Museologia.

Trata-se de uma pedagogia direcionada para a educação da memória a partir das referências patrimoniais que, por um lado, busca amparar do ponto de vista técnico os procedimentos museológicos e, por outro, procura ampliar as perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento. É, portanto, um caminho permeado por experimentações, mas, especialmente, por análises críticas sobre a função social dos museus na atualidade.

Assim, a argumentação deste texto está concentrada em dois aspectos inerentes à contribuição dos museus para a constituição das faces do patrimônio. Em um primeiro segmento, serão abordadas, em linhas gerais, as principais características que permeiam a trajetória histórica dos processos museológicos, com ênfase para o cenário brasileiro. Em seguida, será enfocada a contribuição da disciplina Museologia nesse contexto e os desafios para o futuro das ações museológicas

Museus: o longo percurso orientado para a educação e preservação patrimoniais, mas com atalhos marcados por rotas de abandono.

A partir de um olhar atento em relação à bibliografia especializada sobre a historicidade dos processos museológicos, podemos identificar que os autores divergem ao apontarem o período de surgimento dos museus.

Optamos, neste texto, pela indicação de três perspectivas para o início da constituição dos processos museológicos.

Considerando que a *percepção da musealidade* pode ser identificada desde os primeiros momentos do processo de hominização, quando os grupos humanos selecionavam e retiravam fragmentos da realidade

(como, por exemplo, vestígios geológicos) para sua proteção e guarda, como também, registravam em pinturas e gravuras as suas interpretações dessa mesma realidade, preservando-as, é possível identificar que o embrião dos processos de musealização foi contemporâneo ao período pré-histórico e acompanhou estes grupos humanos pelas complexas rotas de ocupação dos distintos territórios.

Assim, reconhecemos que as atitudes de observar, selecionar, valorizar, expor e guardar distinguem as sociedades humanas há milênios, dando origem às ações do colecionismo que, por sua vez, permearam as rotas que levaram ao surgimento dos museus.

Sob outro ponto de vista, alguns autores defendem que o surgimento do termo *museu* (*mouseion* – do grego “casa das musas e lugar de contemplação”), no século III a.C., em Alexandria, identificando um local utilizado para o encontro de filósofos e estudiosos, com anfiteatro e salas de estudos, mas que, ao mesmo tempo, mantinha galerias com esculturas, um observatório astronômico, um jardim botânico, uma coleção zoológica e a renomada Biblioteca de Alexandria, deve ser considerado como o ponto inicial dos processos de musealização. A esse argumento, podemos agregar outros registros históricos que evidenciam o apego aos objetos e às referências culturais desde a Antiguidade, como, por exemplo, os saques ocorridos em invasões territoriais, os despojos de guerra, as oferendas mortuárias, as cópias de obras de arte e as primeiras manifestações explícitas do colecionismo.

É possível afirmar que as atitudes de valorizar artefatos e espécimes da natureza, selecioná-los e separá-los do seu uso cotidiano para a sua exposição, preservação e perpetuação, estão na origem dos antiquários, dos gabinetes de curiosidades e dos estúdios e galerias dos artistas que permearam e consagraram as elites européias ao longo dos séculos XV a XVII e, ainda hoje, encontram espaço no universo das instituições culturais. Essas múltiplas versões do colecionismo sustentaram ao longo dos séculos as diversas faces do patrimônio e têm sido responsáveis pela perpetuação dos sinais, dos códigos e dos discursos inerentes à herança cultural.

Nesse período, a percepção da musealidade assumiu outros contornos, em função das viagens das grandes descobertas relativas aos continentes africano, asiático e americano, evidenciando outra humanidade e outros vestígios da natureza. Da mesma forma, o olhar em relação ao passado resgatou para os europeus o encontro com os valores da Antiguidade.

Assim, o surgimento do termo *museu*, que desapareceu com o incêndio da mencionada biblioteca, reapareceu – enquanto conceito – nas diferentes facetas do colecionismo, que alcançou o seu apogeu durante o Renascimento.

Ao lado dessas duas argumentações – *percepção da musealidade e surgimento do termo museu* –, encontramos um terceiro ponto de vista que identifica o início dos processos de musealização com a *constituição institucional* dos chamados grandes museus europeus (Museu Britânico, na Inglaterra; Museu do Louvre, na França e Museu do Prado, na Espanha, entre outros), no século XVIII, que tiveram as suas origens amparadas no citado colecionismo e contaram com o apoio da valorização dos estados nacionais e, sobretudo, com a dinâmica das expansões colonizadoras. Entretanto, o foco de maior atenção nessa institucionalização dos museus está direcionado para a sua abertura ao público, inaugurando de forma decisiva a sua dimensão educacional.

A partir do século XIX e mediante uma perspectiva especialmente européia, essas instituições ganharam o mundo e se transformaram nas grandes guardiãs das coleções e acervos produzidos e preservados pelas sociedades.

Entretanto, essas três perspectivas que elucidam a importância dos museus para as sociedades, coincidem, por diferentes caminhos, em quatro pontos centrais:

- a percepção da realidade e a projeção deste olhar para a preservação da herança cultural;
- o apego aos bens patrimoniais e o uso de coleções e acervos como suportes de informações e mensagens sócio-políticas e culturais;

- a necessidade de salvaguardar e comunicar os acervos, valorizados para a perpetuação da humanidade; e

- a dimensão educacional que pode ser desvelada a partir dos acervos museológicos.

O importante, para a argumentação central deste texto, reside na constatação de que os processos de musealização têm uma longa e complexa trajetória, que foram disseminados globalmente e que assumiram responsabilidades específicas no que tange à herança cultural. Entretanto, mais relevante é registrar que os processos museológicos sempre estiveram vinculados aos usos do poder e à necessidade de preservar os indicadores da memória.

Assim, o século XIX encontrou os museus já institucionalizados e consagrados, frutos de um pensar iluminista e dos caminhos que renunciaram a democratização, mas, sem dúvida, reflexos de um ponto de vista europeu em relação à preservação patrimonial.

Foi um período de expressiva influência dessas instituições nos cenários científico-culturais e, com o apoio dos planos de expansão colonizadora, essa perspectiva européia migrou para todos os continentes. Por um lado, as inúmeras expedições dos artistas e naturalistas permitiram um olhar planejado, com registros e coletas sistemáticos sobre a realidade. Por outro lado, o conceito institucional de museu foi disseminado por todos os cantos que sofreram as influências dos processos de colonização, de imigração e de submissão econômica e política.

Confundem-se com esse período, os museus científicos ecléticos, os de belas artes, o surgimento das profissões museológicas, os prenúncios da organização técnica dos acervos e a ocupação de grandes e consagrados edifícios. É também dessa época o início da separação entre os espaços de estudo e guarda dos acervos e as áreas destinadas às exposições e outras atividades de extroversão, em função da gradativa complexidade que as tarefas museológicas de estudo, conservação, documentação, guarda e exposição, passaram a representar para as instituições. Cabe destacar que

é desse período o incremento das atividades educacionais e o uso dos espaços museológicos para ações pedagógicas.

Percebe-se, então, que a organização técnica e o desempenho profissional no âmbito dos museus iniciaram uma longa caminhada que, até os dias atuais, ainda está permeada por encontros e tensões.

Nesse contexto, ao longo do século XIX, surgem os primeiros museus brasileiros como expressiva manifestação dos planos de expansão colonial, que marcaram as relações entre a metrópole portuguesa e este país que foi desvelado para o mundo a partir do século XVI.

Os registros e as interpretações sobre o território e a população brasileiros acompanharam toda a trajetória do período colonial - entre os séculos XVI e XIX - despertando diferentes interesses artísticos e científicos, que concentraram as suas atenções na compreensão sobre o meio ambiente e a população. Da mesma forma, esse olhar europeu foi responsável por coletas e transferências de bens culturais para os mais diferentes museus europeus. Mediante esse perfil, é possível afirmar que a musealidade brasileira teve sua origem na percepção estrangeira e o início de sua preservação dependeu de instituições européias, pois como é conhecido, as sociedades nativas deste território têm outras tradições em relação à preservação das manifestações culturais.

Após esse longo período de explorações, foram criados os primeiros museus brasileiros, mas ainda como reflexos dos olhares estrangeiros. Em 1818, no Rio de Janeiro, foi criado o Museu Real (que passou a ser o Museu Imperial e por fim o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista), em 1886 foi formado o Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém e, em 1895, o Museu Paulista em São Paulo. Essas três instituições, existentes até hoje, foram no início dirigidas por estrangeiros, mas podem ser consideradas como o prenúncio da defesa de um acervo do país, já com fortes contornos regionais e com coleções ecléticas. Logo, em seguida, surgiram os museus dedicados às artes que permearam as iniciativas ao longo da passagem entre os séculos XIX e XX, como, por exemplo, em 1895 a Pinacoteca do Estado, em São Paulo, e o Museu Nacional de Belas Artes, em 1937, no Rio de Janeiro. Essas iniciativas dividiram as atenções

das elites com os Institutos Históricos e Geográficos que se espalharam por todo o país e envolveram, em suas discussões regionalistas, muitos acervos de referências patrimoniais.

As primeiras décadas do século XX foram responsáveis pela especialização das instituições museológicas e pela conquista de patamares profissionais para os trabalhos de estudo e manutenção dos acervos. As coleções alcançaram o auge da valorização, como suportes de informação para a constituição de diferentes campos de conhecimento, como, por exemplo, os ramos da História Natural e da Antropologia. Serviram de forma singular para os estudos de taxonomia, tipologia, tecnologia, entre outras análises fundamentais para as pretensões positivistas do momento.

A partir desse período, as instituições museológicas se multiplicaram pelas diferentes capitais do país e, via de regra, seguiram os padrões internacionais, destacando-se o Museu Júlio de Castilhos em Porto Alegre e o Museu Paranaense em Curitiba.

Essa passagem de século foi bastante conturbada no Brasil, pois o país vivenciou grandes rupturas no que se refere às mudanças de Império para República, às dificuldades inerentes à abolição da escravidão, às revoluções que acentuaram as disputas regionais e às crescentes oposições entre norte e sul, litoral e sertão, erudito e popular, entre tantas diferenças. Por um lado, esta jovem república procurava se afirmar no plano político-econômico internacional, mas, por outro, vivenciava as idiosincrasias resultantes do longo processo colonial.

No plano cultural, as atenções recaíram sobre a busca de uma identidade nacional que passou a perceber as particularidades das sociedades indígenas e a contribuição da herança africana, as influências religiosas na formação da sociedade e a expressiva diversidade dos recursos naturais.

É desse período a elaboração de planos nacionais para a constituição de museus e a criação, por Gustavo Barroso, do primeiro curso de formação profissional no Rio de Janeiro, contextualizadas na política getulista impressa ao Estado Novo.

Entretanto, os primeiros museus nacionais valorizaram o passado colonial e não se envolveram com a herança pré-colonial, com as tradições afro-brasileiras e mesmo com a contribuição dos imigrantes. Assim, surgiram, por exemplo, o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro (1922), o Museu Imperial em Petrópolis (1940) e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto (1944).

Merece menção, nesse período, a elaboração da legislação preservacionista e a criação de um órgão nacional para a proteção do patrimônio do país (hoje, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura). A promulgação dessa legislação deu início ao controle interno sobre a preservação patrimonial e coibiu a saída para o exterior de acervos nacionais e, também, valorizou e classificou algumas referências culturais em detrimento de outras, permitindo uma hierarquização em relação aos bens patrimoniais.

Podemos registrar que, entre as décadas dos anos quarenta e sessenta do século XX, deu-se o início de grandes mudanças no cenário museológico internacional, agora já polarizado entre os países europeus e os norte-americanos.

Em um primeiro momento, identificamos que as instituições museológicas passaram a valorizar de forma expressiva a sua vocação educacional, abrindo caminhos e semeando as rotas para que os museus se responsabilizassem por questões identitárias e se preocupassem com ações extra-muros. Em seguida, constatamos que a criação do Conselho Internacional de Museus / UNESCO colaborou, de maneira singular, para a articulação entre os profissionais dos diferentes continentes e participantes de diversificadas ações museológicas, valorizando a formação especializada e os estudos analíticos sobre a atuação dos museus.

No Brasil, de forma diferenciada em cada região, esse período coincidiu com expressiva proliferação dos museus, em especial com as instituições voltadas às artes plásticas (moderna e contemporânea), às histórias locais e ao folclore. Os museus universitários – sobretudo de arqueologia – começaram a esboçar as suas primeiras características

que, em outras décadas passaram a representar um papel importante no cenário patrimonial-preservacionista brasileiro.

Os anos das décadas de setenta e oitenta, neste país, tangenciaram as dificuldades entre as mudanças políticas que visavam às liberdades democráticas. Assim, paulatinamente, as instituições museológicas possibilitaram a abertura para novas questões culturais, passaram a problematizar os seus acervos e se dirigiram às minorias comunitárias. Esse processo, ainda latente, foi amparado pela criação de cursos de formação e capacitação profissionais em diferentes estados brasileiros, pelo surgimento de trabalhos acadêmicos desvelando a função e o perfil histórico dos museus e pelo enfrentamento dos enormes desafios inerentes à aproximação entre as instituições museológicas e a nossa diversidade sócio-econômico-cultural.

É possível afirmar que esse foi um período de enorme disseminação nacional das perspectivas culturais e educacionais dos museus; da geração de diferentes modelos de tutela institucional; da ampliação das potencialidades científicas e patrimoniais dos processos museológicos, mas também um momento de profundas discussões sobre a superação dos problemas técnicos, sobre a percepção das questões éticas vinculadas às nossas tradições culturais e sobre o abandono museológico de enormes contingentes de referências patrimoniais.

As últimas décadas do século XX assistiram à explosão do fenômeno museológico em todos os continentes. Os apelos do mundo globalizado, as oportunidades tecnológicas, as discussões com forte expressão étnica, as necessidades implícitas à sociedade de consumo, entre muitos outros desafios, estão na base das mudanças e dos novos cenários desvelados pelos museus, possibilitando um desenho das faces do patrimônio com tintas e cores mais fortes.

No Brasil, a esses desafios somaram-se, ainda, as questões relativas à busca do equilíbrio entre as ações de preservação e as opções político-econômicas orientadas para o desenvolvimento do país. São questões pertinentes aos impasses sobre os caminhos da democratização da educação; sobre a articulação entre tantas e diversas manifestações

culturais, sobre o tratamento dos acervos gerados em projetos de impacto ambiental; sobre o uso do patrimônio para a diminuição das diferenças sociais, como também, sobre a competência da organização técnica das instituições do país, sobre a vulnerabilidade dos museus em relação às oscilações políticas, sobre a ampliação do escopo temático dos acervos museológicos, entre muitas outras questões.

A partir desse período, os museus brasileiros, que hoje ultrapassam o número de 2000 unidades, passaram a dividir com os centros culturais a atenção pública e as fontes de financiamento, possibilitaram a organização de redes e sistemas museológicos, têm servido de estímulo aos programas de turismo e são grandes aliados do sistema educacional.

A difusa demanda contemporânea em relação à função dos museus tem sido equacionada, especialmente pelos avanços metodológicos e pelas conquistas teóricas da disciplina Museologia. Esta, por sua vez, tem projetado, em uma ação aplicada e interdisciplinar, os processos museológicos para além das delimitações da instituição museu e tem demonstrado as suas respectivas potencialidades no que diz respeito à necessidade sócio-cultural da educação da memória.

Museologia: as rotas do abandono e os caminhos da pedagogia museológica.

A disciplina aplicada Museologia tem sido organizada nas últimas décadas com o propósito de otimizar a função social dos museus e valorizar a importância cultural dos processos museológicos, mediante o enfrentamento, a qualificação e a articulação dos aspectos técnicos, teóricos e metodológicos, relativos à constituição, desenvolvimento e avaliação das ações que as sociedades estabelecem para a seleção, tratamento e extroversão dos indicadores da memória, preservando-os enquanto referências patrimoniais e projetando-os em campos constitutivos da herança cultural.

Trata-se de uma das áreas de conhecimento vocacionada para a administração da memória, propiciando a aproximação entre os objetos

interpretados e os olhares interpretantes, resgatando dos indicadores da memória os diferentes sentidos e significados atribuídos ao longo do tempo, para permitir novas percepções e interpretações. É uma área de conhecimento que se preocupa em preservar a lucidez dos olhares perceptivos – que se apropriam de referências culturais, coleções e acervos, constituindo instituições museológicas – mas, sempre, com a intenção de possibilitar a reversibilidade destes olhares, de permitir novos arranjos patrimoniais e novas apropriações culturais e, sobretudo, desvelar novas faces do patrimônio.

Essa vocação, desdobrada a partir da dinâmica interdisciplinar, tem garantido que os museus refinem as suas formas de representação, e se estabeleçam como lugares de contestação e negociação cultural, como espaços de acolhimento e aprendizagem, além de apontar os caminhos técnicos para a salvaguarda e comunicação dos acervos museológicos.

É possível afirmar que a Museologia conta com uma trajetória de experimentações e análises que a coloca entre as disciplinas aplicadas, comprometidas com a construção dos sistemas da memória. Essa dimensão experimental, por sua vez, estabelece e qualifica as ligações cognitivas e afetivas entre as referências patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade, abrindo caminhos para a constituição das noções de pertencimento nos indivíduos e nos grupos sociais.

Nessas experimentações, ou seja, nesse fazer museal e nessa ação museológica, constatamos que a *preocupação central* reside em dois grandes problemas. Por um lado, em um *campo de interlocução*, emerge a necessidade de identificar e compreender o comportamento individual e/ou coletivo das sociedades em relação às faces do patrimônio e, por outro, em um *campo de projeção*, surge o interesse em conhecer as estratégias viáveis para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades. Assim, os estudos museológicos se interessam em entender a dimensão histórica dos processos de musealização e, ao mesmo tempo, têm a intenção de consolidar novas práticas museológicas.

Dessa forma, podemos considerar alguns parâmetros definidores e delimitadores desse campo essencial, ou seja, há uma cadeia operatória de procedimentos técnicos e científicos, vinculada às ações de salvaguarda e comunicação, que define e singulariza as ações museológicas. Entretanto, essa definição é sempre delimitada pelas perspectivas de planejamento e avaliação das instituições e dos processos museológicos.

De uma parte, as atividades de salvaguarda se incumbem dos problemas de conservação e documentação e, de outra, as questões expositivas e educacionais ficam entrelaçadas nas ações de comunicação. São áreas interdependentes, com profundas reciprocidades cotidianas e que exigem um esforço de todos os profissionais envolvidos, na busca de procedimentos comuns, direcionados à preservação dos acervos e educação para o patrimônio.

A esses procedimentos de salvaguarda e comunicação há uma explícita intenção pedagógica, no que tange à condução dos caminhos de acessibilidade aos bens patrimoniais, à compreensão sobre a importância das referências culturais como instrumentos de auto-estima e auto-determinação dos cidadãos e, em especial, aos ensinamentos que as ações museológico-preservacionistas podem propiciar para a fruição e entendimento do universo que nos cerca e aos questionamentos sobre as memórias abandonadas.

Finalmente, cabe sublinhar que os museus, mediante as premissas museológicas anteriormente delineadas, podem desempenhar um papel fundamental para o desvelamento das várias faces do patrimônio, pois são fortes instrumentos para a educação da memória.

Para tanto, precisamos continuar insistindo na multiplicação dos cursos de formação e capacitação profissionais; ampliar os horizontes das pesquisas que identificam as características das entranhas dos processos museológicos e procuram superar os problemas técnicos; enfrentar os questionamentos que problematizam o perfil dos acervos institucionais e não esmorecer diante dos impasses econômicos e políticos que tanto fragilizam os museus brasileiros e impedem que desempenhem uma função social libertária.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL

- A Comunicação em Questão.** Exposição e Educação. Propostas e Compromissos. Encontro de Profissionais de Museus. MAE/USP e AMAE. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2003.
- Abreu, Regina. **A fabricação do imortal:** memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa : Rocco, 1996.
- Arantes, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- Araujo, Marcelo Mattos, BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Exposições museológicas: uma linguagem para o futuro. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, p.12-17, 1989.
- _____. (Orgs.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo:** documentos e depoimentos. São Paulo: ICOM Brasil, 1995.
- Arnaut, Jurema Kopke Eis, ALMEIDA, Cícero Antonio Fonseca de (Orgs.). **Museografia:** a linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IPHAN: OEA, 1997.
- Barbuy, Heloísa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na museografia da Exposição Universal. São Paulo, 1996. p. 211-261. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material São Paulo, n. 4. 211-261, jan./dez. 1996.
- _____. **A exposição universal de 1889 em Paris.** São Paulo: Loyola, 1999.
- Bessegato, Mauri Luiz. **O Patrimônio em sala de aula** – Fragmentos de ações educativas (2ª ed.). Porto Alegre: Evangraf, 2004.
- Bittencourt, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia B. (orgs.). **História representada:** o dilema dos museus. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: MHN/MinC/IPHAN, 2003.
- Bruno, Maria Cristina. **Museologia e comunicação.** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 9).
- _____. **Museologia e museus:** princípios, problemas e métodos. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 10).

- _____. Seminários de Capacitação Museológica – Museus Hoje: aspectos metodológicos. Belo Horizonte: Instituto Flávio Gutierrez/Museu de Artes e Ofícios, 2004.
- _____. Ciências & LETRAS. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Nº 31 – **Patrimônio e Educação.** Porto Alegre: FPECL, 2002.
- Chagas, Mario. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museológica de Mário de Andrade. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, 13).
- _____. **Novos rumos da museologia.** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994. (Cadernos de Museologia, 2).
- Chuva, Márcia (Org.). **A invenção do patrimônio:** continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Série Debates, 2).
- Cury, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais (2ª ed.). Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2000.
- Cury, Marília. Os usos que o público faz do museu: a (re)significação da cultura material e do museu. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p.88-106. In: **MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, v.1, n.1, p.88-106, 2004.
- Enciclopédia Einaudi. **Memória-História.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi, 1).
- Giraudy, Daniele, BOUILHET, Henri. **O museu e a vida.** Rio de Janeiro: SPHAN Pró-Memória - MinC, 1990.
- Guarnieri, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n.3, p.7-12, 1990.
- _____. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**, São Paulo, v.1, n.1, p.7-11, 1989.
- Guia de Museus Brasileiros. São Paulo: CPC – USP, 2000.
- Horta, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

- Huyssen, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- _____. Escapando da Amnésia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.23, p.34-57, 1994.
- Itaqui, José, VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação patrimonial**: a experiência da quarta colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- Leal, Elisabete; POSSAMAI, Zita Rosane (orgs). **Museologia Social**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
- Lopes, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais do século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem moderno**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- Lucena, Célia. **Linguagens da memória**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1991. (Apoio 6).
- Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, p.9-23, 1992.
- _____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 3, p. 83-84, jan./dez. 1995.
- Mensch, Peter Van. Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre interrelação museologia – museus. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n.1, p.49-54, 1989.
- _____. **Objeto de estudo da museologia**. Trad. Débora Bolsabello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: Uni-Rio: UFG, 1994.
- Moutinho, Mario. Museus e sociedade. **Cadernos de Patrimônio**, Lisboa, n.5, 1989.
- Museums & Galleries Commission. **Museologia. Roteiros práticos, 1. Plano Diretor**. São Paulo: EDUSP, Vitae, 2001.
- Museums & Galleries Commission. **Museologia. Roteiros práticos, 2. Planejamento de exposições**. São Paulo: EDUSP, Vitae, 2001.
- Museums & Galleries Commission. **Museologia. Roteiros práticos, 3. Educação em Museus**. São Paulo: EDUSP, Vitae, 2001.

- Possamai, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu**: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- Primo, Judite (Org.) **Museologia e patrimônio**: documentos fundamentais. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, 15).
- Ramos, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto. O Museu no ensino da História**. Chapecó : Argos, 2004.
- Santos, Maria Célia Moura. **Museu, escola e comunidade**: uma integração necessária. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1987.
- _____. **Processo museológico e educação**: construindo um museu didático-comunitário. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, 7).
- _____. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. Salvador: Centro Editorial e Didático - UFBA, 1993.
- Suano, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).